

NO BARREIRO

Sessão magna dos ferroviários do Sul e Sueste

As resoluções do ministro do comércio e as resoluções dos ferroviários — São aprovadas três moções

Alerta a sessão às 21, sob a presidência do camarada José de Freitas, secretariando Anaro Martins e Cristóvão Meneses Leite, no Cine Barreiro, o presidente expõe à assemblea as razões daquela reunião e pede muita ponderação, lendo um extenso expediente protestando contra a força armada que tomou conta de todas as estâncias por ordem do governo.

O camarada João Calvário, representando a Delegação de Faro, nesta grande assemblea, diz que o pessoal de Faro está positivamente ao lado dos seus camaradas de trabalho de toda a rede ferroviária, a mais sacrificada classe que merece a consideração de todos os elementos do país.

Felicta a posição do actual administrador do Barreiro, que é professor pela educação que tem prestado ao povo local, fazendo várias considerações de ordem económica, demonstra que todas as vezes que perga a liberdade, os ferroviários, apesar de terem reclamações pendentes, defender imediatamente essa liberdade.

Miguel Correia faz considerações a fim de esclarecer a soma de energia que cada ferroviário precisa manter sobre a liberdade das suas intenções.

Quando hoje, as estações do Sul e Sueste foram tomadas pela força, aprofundou-se de todos uma justa precipitação, que fez avolumar vários boatos.

Aírma que a situação actual é grave, por terem de assumir as responsabilidades aqueles que abandonaram o campo material, da questão dos ferroviários, para o campo positivamente moral. Pretendemos proceder com violência, é certo, mas com força moral para tal.

No momento em que os homens faltaram ao seu compromisso, é doloroso sentir-se coagido a trilhar o campo moral, desviando-se do material que nubica devia ter sido protelado por aqueles que faltaram aos deveres dos cargos que ocupam.

Sabe a obrigação que tem em aconselhar à classe o caminho a seguir, citando o inicio da emancipação dos povos seguido últimamente na Itália, Inglaterra e França. Responde-se com as metralhadoras e o aparelho militar as demarcações bem intencionadas de um grupo de homens que com o governo tratou. Expõe o que se passou na reunião no dia 15, com a assistência do ministro do comércio, demonstrando a classe sacrificar as suas reclamações para pôr primeiro em orçamento plano a campanha da mina de Santa Suzana, que conquistou a opinião pública, afirmando que a massa ferroviária já não é aquela impulsionada pela política mas sim pela sua completa emancipação económica. Aborda a ordem do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, que não representa a soberania da nação, como pode ser analisado por quem o queira fazer, e que nunca deveria saltar por cima da soberania da classe ferroviária, não aceitando a nomeação dos camaradas eleitos para a revisão do decreto 5.005.

Cita a forma como foi recebida a comissão pelo presidente do ministério, quando da sua estada na Câmara do Barreiro, tendo passagens dum verdadeiro homem de Estado. Relata o que se passou também com a comissão que foi a Lisboa a convite do ministro do comércio a quem expõe o não aceitamento da ordem n.º 10 do Conselho de Administração, ao que s. ex. "diz que não era para não acatar as resoluções da associação de classe dos ferroviários do Estado, fazendo no entanto o possível na medida dos seus recursos, que diz ser de 4.000 a 5.000 contos, tendo para isso que aumentar as tarifas, mas que os superiores não dará o que pedem.

O que ele, orador, pode garantir é que se os superiores tiverem uma atitude digna, podem contar com a solidariedade da classe. Disse o ministro que estava tratando da remodelação dos caminhos de ferro e que não tinha dúvida em introduzir a representação dos ferroviários no Conselho de Administração. Demonstrava a forma equivocada como o presidente do ministério aparece no gabinete do ministro do comércio, veredando por um caminho diverso aquilo que manteve de manhã. A comissão, depois das suas reuniões, achou a chave para se saír qual sem ser preciso ir à greve, dizendo que a culpa de tudo isto é do Conselho que se sobreponha ao critério do governo, pelos fins reservados que tem para com a revisão do decreto, terminando por pedir serenidade.

Fragoso Amado, da delegação de Casca Branca, acha-se verdadeiramente embaracado pela incerteza do governo e do Conselho de Administração, reservando-se para quando se entrar em trabalhos positivos.

Como se encontram largamente representados os camaradas da C. P., acha que eles devem ser apresentados à assemblea, a qual lhes prodigaliza uma grande manifestação de solidariedade. Tem pena de não estar presente o comandante das forças para lhe demonstrar os actos praticados pela força armada que tomou as estações e faz a exposição do que se passou com o comandante que tomou a estação de Estremos, que disse que se houvesse alguma greve, lhes invadia as casas, citando também o desastre de que se está vendo, pela brutalidade dos militares que iam fazendo cair à linha. Em Evora um oficial andava a cavalo em plena via, em riscos de alguma cousa lhe suceder.

Joaquim Figueiredo diz que, depois de ouvir as palavras de Miguel Correia, verifica que o movimento é crítico e grave, mas a classe há de demonstrar, mais uma vez, o que é e o que vale a calheta levantada sobre a mesma.

O facto de o governo ainda não estabelecer uma plataforma para resolver o assunto, mas vamos-nos apresentar-lá com firmeza e a consciência que nos assiste, passando a ler uma moção com as conclusões seguintes:

Assembleia, já e sem prazo, a revisão completa ao decreto n.º 5005 de 10 de Maio, e a nomeação dumha comissão mista, em que os representantes dos ferroviários

reúnem-se para discutir as reivindicações

As resoluções do ministro do comércio e as resoluções dos ferroviários — São aprovadas três moções

Alerta a sessão às 21, sob a presidência do camarada José de Freitas, secretariando Anaro Martins e Cristóvão Meneses Leite, no Cine Barreiro, o presidente expõe à assemblea as razões daquela reunião e pede muita ponderação, lendo um extenso expediente protestando contra a força armada que tomou conta de todas as estâncias por ordem do governo.

O camarada João Calvário, representando a Delegação de Faro, nesta grande assemblea, diz que o pessoal de Faro está positivamente ao lado dos seus camaradas de trabalho de toda a rede ferroviária, a mais sacrificada classe que merece a consideração de todos os elementos do país.

Felicta a posição do actual administrador do Barreiro, que é professor

pela educação que tem prestado ao povo local, fazendo várias considerações de ordem económica, demonstra que todas as vezes que perga a liberdade, os ferroviários, apesar de terem reclamações pendentes, defender imediatamente essa liberdade.

Miguel Correia faz considerações a

fim de esclarecer a soma de energia que cada ferroviário precisa manter sobre a liberdade das suas intenções.

Quando hoje, as estações do Sul e Sueste foram tomadas pela força, aprofundou-se de todos uma justa precipitação, que fez avolumar vários boatos.

Aírma que a situação actual é grave, por terem de assumir as responsabilidades aqueles que abandonaram o campo material, da questão dos ferroviários, para o campo positivamente moral. Pretendemos proceder com violência, é certo, mas com força moral para tal.

No momento em que os homens faltaram ao seu compromisso, é doloroso sentir-se coagido a trilhar o campo moral, desviando-se do material que nubica devia ter sido protelado por aqueles que faltaram aos deveres dos cargos que ocupam.

Sabe a obrigação que tem em aconselhar à classe o caminho a seguir, citando o inicio da emancipação dos povos seguido últimamente na Itália, Inglaterra e França. Responde-se com as metralhadoras e o aparelho militar as demarcações bem intencionadas de um grupo de homens que com o governo tratou. Expõe o que se passou na reunião no dia 15, com a assistência do ministro do comércio, demonstrando a classe sacrificar as suas reclamações para pôr primeiro em orçamento plano a campanha da mina de Santa Suzana, que conquistou a opinião pública, afirmando que a massa ferroviária já não é aquela impulsionada pela política mas sim pela sua completa emancipação económica. Aborda a ordem do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, que não representa a soberania da nação, como pode ser analisado por quem o queira fazer, e que nunca deveria saltar por cima da soberania da classe ferroviária, não aceitando a nomeação dos camaradas eleitos para a revisão do decreto 5.005.

Cita a forma como foi recebida a comissão pelo presidente do ministério,

quando da sua estada na Câmara do Barreiro, tendo passagens dum verdadeiro homem de Estado. Relata o que se passou também com a comissão que foi a Lisboa a convite do ministro do comércio a quem expõe o não aceitamento da ordem n.º 10 do Conselho de Administração, ao que s. ex. "diz que não era para não acatar as resoluções da associação de classe dos ferroviários do Estado, fazendo no entanto o possível na medida dos seus recursos, que diz ser de 4.000 a 5.000 contos, tendo para isso que aumentar as tarifas, mas que os superiores não dará o que pedem.

O que ele, orador, pode garantir é que se os superiores tiverem uma atitude digna, podem contar com a solidariedade da classe. Disse o ministro que estava tratando da remodelação dos caminhos de ferro e que não tinha dúvida em introduzir a representação dos ferroviários no Conselho de Administração. Demonstrava a forma equivocada como o presidente do ministério aparece no gabinete do ministro do comércio, veredando por um caminho diverso aquilo que manteve de manhã. A comissão, depois das suas reuniões, achou a chave para se saír qual sem ser preciso ir à greve, dizendo que a culpa de tudo isto é do Conselho que se sobreponha ao critério do governo, pelos fins reservados que tem para com a revisão do decreto, terminando por pedir serenidade.

Fragoso Amado, da delegação de Casca Branca, acha-se verdadeiramente embaracado pela incerteza do governo e do Conselho de Administração, reservando-se para quando se entrar em trabalhos positivos.

Como se encontram largamente representados os camaradas da C. P., acha que eles devem ser apresentados à assemblea, a qual lhes prodigaliza uma grande manifestação de solidariedade. Tem pena de não estar presente o comandante das forças para lhe demonstrar os actos praticados pela força armada que tomou as estações e faz a exposição do que se passou com o comandante que tomou a estação de Estremos, que disse que se houvesse alguma greve, lhes invadia as casas, citando também o desastre de que se está vendo, pela brutalidade dos militares que iam fazendo cair à linha. Em Evora um oficial andava a cavalo em plena via, em riscos de alguma cousa lhe suceder.

Joaquim Figueiredo diz que, depois de ouvir as palavras de Miguel Correia, verifica que o movimento é crítico e grave, mas a classe há de demonstrar, mais uma vez, o que é e o que vale a calheta levantada sobre a mesma.

O facto de o governo ainda não estabelecer uma plataforma para resolver o assunto, mas vamos-nos apresentar-lá com firmeza e a consciência que nos assiste, passando a ler uma moção com as conclusões seguintes:

As resoluções do ministro do comércio e as resoluções dos ferroviários — São aprovadas três moções

Alerta a sessão às 21, sob a presidência do camarada José de Freitas, secretariando Anaro Martins e Cristóvão Meneses Leite, no Cine Barreiro, o presidente expõe à assemblea as razões daquela reunião e pede muita ponderação, lendo um extenso expediente protestando contra a força armada que tomou conta de todas as estâncias por ordem do governo.

O camarada João Calvário, representando a Delegação de Faro, nesta grande assemblea, diz que o pessoal de Faro está positivamente ao lado dos seus camaradas de trabalho de toda a rede ferroviária, a mais sacrificada classe que merece a consideração de todos os elementos do país.

Felicta a posição do actual administrador do Barreiro, que é professor

pela educação que tem prestado ao povo local, fazendo várias considerações de ordem económica, demonstra que todas as vezes que perga a liberdade, os ferroviários, apesar de terem reclamações pendentes, defender imediatamente essa liberdade.

Miguel Correia faz considerações a

fim de esclarecer a soma de energia que cada ferroviário precisa manter sobre a liberdade das suas intenções.

Quando hoje, as estações do Sul e Sueste foram tomadas pela força, aprofundou-se de todos uma justa precipitação, que fez avolumar vários boatos.

Aírma que a situação actual é grave, por terem de assumir as responsabilidades aqueles que abandonaram o campo material, da questão dos ferroviários, para o campo positivamente moral. Pretendemos proceder com violência, é certo, mas com força moral para tal.

No momento em que os homens faltaram ao seu compromisso, é doloroso sentir-se coagido a trilhar o campo moral, desviando-se do material que nubica devia ter sido protelado por aqueles que faltaram aos deveres dos cargos que ocupam.

Sabe a obrigação que tem em aconselhar à classe o caminho a seguir, citando o inicio da emancipação dos povos seguido últimamente na Itália, Inglaterra e França. Responde-se com as metralhadoras e o aparelho militar as demarcações bem intencionadas de um grupo de homens que com o governo tratou. Expõe o que se passou na reunião no dia 15, com a assistência do ministro do comércio, demonstrando a classe sacrificar as suas reclamações para pôr primeiro em orçamento plano a campanha da mina de Santa Suzana, que conquistou a opinião pública, afirmando que a massa ferroviária já não é aquela impulsionada pela política mas sim pela sua completa emancipação económica. Aborda a ordem do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, que não representa a soberania da nação, como pode ser analisado por quem o queira fazer, e que nunca deveria saltar por cima da soberania da classe ferroviária, não aceitando a nomeação dos camaradas eleitos para a revisão do decreto 5.005.

Cita a forma como foi recebida a comissão pelo presidente do ministério,

quando da sua estada na Câmara do Barreiro, tendo passagens dum verdadeiro homem de Estado. Relata o que se passou também com a comissão que foi a Lisboa a convite do ministro do comércio a quem expõe o não aceitamento da ordem n.º 10 do Conselho de Administração, ao que s. ex. "diz que não era para não acatar as resoluções da associação de classe dos ferroviários do Estado, fazendo no entanto o possível na medida dos seus recursos, que diz ser de 4.000 a 5.000 contos, tendo para isso que aumentar as tarifas, mas que os superiores não dará o que pedem.

O que ele, orador, pode garantir é que se os superiores tiverem uma atitude digna, podem contar com a solidariedade da classe. Disse o ministro que estava tratando da remodelação dos caminhos de ferro e que não tinha dúvida em introduzir a representação dos ferroviários no Conselho de Administração. Demonstrava a forma equivocada como o presidente do ministério aparece no gabinete do ministro do comércio, veredando por um caminho diverso aquilo que manteve de manhã. A comissão, depois das suas reuniões, achou a chave para se saír qual sem ser preciso ir à greve, dizendo que a culpa de tudo isto é do Conselho que se sobreponha ao critério do governo, pelos fins reservados que tem para com a revisão do decreto, terminando por pedir serenidade.

Fragoso Amado, da delegação de Casca Branca, acha-se verdadeiramente embaracado pela incerteza do governo e do Conselho de Administração, reservando-se para quando se entrar em trabalhos positivos.

Como se encontram largamente representados os camaradas da C. P., acha que eles devem ser apresentados à assemblea, a qual lhes prodigaliza uma grande manifestação de solidariedade. Tem pena de não estar presente o comandante das forças para lhe demonstrar os actos praticados pela força armada que tomou as estações e faz a exposição do que se passou com o comandante que tomou a estação de Estremos, que disse que se houvesse alguma greve, lhes invadia as casas, citando também o desastre de que se está vendo, pela brutalidade dos militares que iam fazendo cair à linha. Em Evora um oficial andava a cavalo em plena via, em riscos de alguma cousa lhe suceder.

Joaquim Figueiredo diz que, depois de ouvir as palavras de Miguel Correia, verifica que o movimento é crítico e grave, mas a classe há de demonstrar, mais uma vez, o que vale a calheta levantada sobre a mesma.

O facto de o governo ainda não estabelecer uma plataforma para resolver o assunto, mas vamos-nos apresentar-lá com firmeza e a consciência que nos assiste, passando a ler uma moção com as conclusões seguintes:

As resoluções do ministro do comércio e as resoluções dos ferroviários — São aprovadas três moções

Alerta a sessão às 21, sob a presidência do camarada José de Freitas, secretariando Anaro Martins e Cristóvão Meneses Leite, no Cine Barreiro, o presidente expõe à assemblea as razões daquela reunião e pede muita ponderação, lendo um extenso expediente protestando contra a força armada que tomou conta de todas as estâncias por ordem do governo.

O camarada João Calvário, representando a Delegação de Faro, nesta grande assemblea, diz que o pessoal de Faro está positivamente ao lado dos seus camaradas de trabalho de toda a rede ferroviária, a mais sacrificada classe que merece a consideração de todos os elementos do país.

Felicta a posição do actual administrador do Barreiro, que é professor

pela educação que tem prestado ao povo local, fazendo várias considerações de ordem económica, demonstra que todas as vezes que perga a liberdade, os ferroviários, apesar de terem reclamações pendentes, defender imediatamente essa liberdade.

Miguel Correia faz considerações a

fim de esclarecer a soma de energia que cada ferroviário precisa manter sobre a liberdade das suas intenções.

Quando hoje, as estações do Sul e Sueste foram tomadas pela força, aprofundou-se de todos uma justa precipitação, que fez avolumar vários boatos.

Aírma que a situação actual é grave, por terem de assumir as responsabilidades aqueles que abandonaram o campo material, da questão dos ferroviários, para o campo positivamente moral. Pretendemos proceder com violência, é certo, mas com força moral para tal.

No momento em que os homens faltaram ao seu compromisso, é doloroso sentir-se coagido a trilhar o campo moral, desviando-se do material que nubica devia ter sido protelado por aqueles que faltaram aos deveres dos cargos que ocupam.

Sabe a obrigação que tem em aconselhar à classe o caminho a seguir, citando o inicio da emancipação dos povos seguido últimamente na Itália, Inglaterra e França. Responde-se com as metralhadoras e o aparelho militar as demarcações bem intencionadas de um grupo de homens que com o governo tratou. Expõe o que se passou na reunião no dia 15, com a assistência do ministro do comércio, demonstrando a classe sacrificar as suas reclamações para pôr primeiro em orçamento plano a campanha da mina de Santa Suzana, que conquistou a opinião pública, afirmando que a massa ferroviária já não é aquela impulsionada pela política mas sim pela sua completa emancipação económica. Aborda a ordem do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, que não representa a soberania da nação, como pode ser analisado por quem o queira fazer, e que nunca deveria saltar por cima da soberania da classe ferroviária, não aceitando a nomeação dos camaradas eleitos para a revisão do decreto 5.005.

Cita a forma como foi recebida a comissão pelo presidente do ministério,</p